

ASSOCIAÇÃO PRUDENTINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

BALANÇO PATRIMONIAL

ASSOCIAÇÃO PRUDENTINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - APEC

CNPJ 44.860.740/0001-73

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores em unidades de Reais - R\$)			
ATIVO	2023	2022	PASSIVO
Circulante	284.520.820	194.643.332	Circulante
Caixa e equivalentes	221.330.788	132.122.366	Fornecedores
Contas a receber	55.403.913	53.445.906	Obrigações sociais e trabalhistas
Cheques a receber	852.622	369.969	Obrigações fiscais
Adiantamentos	1.353.448	1.898.293	Adiantamento de Clientes
Estoques	5.359.815	6.425.866	Outras obrigações
Tributos a compensar	15.970	-	Parcelamentos tributários
Outros créditos	33.288	38.381	Receitas diferidas
Despesas antecipadas	170.977	342.552	
Não Circulante	473.332.430	465.453.357	Não Circulante
Depósitos judiciais	138.810.121	132.060.044	Provisões para contingências
Mensalidades a receber - crédito interno	13.661.939	12.051.016	
Investimentos	4	694.933	
Imobilizado	5	319.102.819	
Intangível	5	1.062.618	
Total do ativo	757.853.250	660.096.689	Total do Passivo
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social para os Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores em unidades de Reais - R\$)			
	2023	2022	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	358.660.534	446.054.266	
Superávit do exercício de 2021, incorporado ao Patrimônio Social	87.393.732	(87.393.732)	
Superávit do exercício 2022	-	107.881.549	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	446.054.266	553.935.815	
Superávit do exercício de 2022, incorporado ao Patrimônio Social	107.881.549	(107.881.549)	
Superávit do exercício 2023	-	96.413.944	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	553.935.815	650.349.759	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores em unidades de Reais - R\$)			
1. Contexto Operacional: A Associação Prudentina de Educação e Cultura-APEC, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade o ensino, a pesquisa, o aperfeiçoamento dos métodos de ensino, a elaboração de estudos, planejamentos, projetos tecnológicos, o exercício de atividades de assessoria, consultoria, supervisão, além da produção de bens de consumo e prestação de serviços que contribuem para o desenvolvimento nas áreas de sua atuação, sendo que, para realização destas finalidades a entidade propõe-se a: a) criar e manter estabelecimentos de ensino, centros de ensaios, pesquisas e de prestação de serviços à comunidade; b) promover estágios e excursões de caráter científico e cultural; c) patrocinar o intercâmbio com outros centros culturais e científicos; d) estudar os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e social do país, por si própria ou, em colaboração com entidades públicas e privadas; e) incentivar o aprimoramento didático, técnico e, científico de seus professores e funcionários técnicos. 2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil e normas e procedimentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Normas Brasileira de Contabilidade aplicadas a Entidades sem Fins Lucrativos de acordo com a ITG 2002 e também em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e 11.638/07. As demonstrações estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior. 3. Base Mensuração: A preparação das Demonstrações Financeiras pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção do que se segue: a) Ativos Financeiros: classificados como valor justo por meio do resultado e custo amortizado. b) Continuidade: A Administração considera que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nesse princípio. c) Comparabilidade: As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023 estão sendo apresentadas com as informações comparativas de 31 de dezembro de 2022, conforme disposições do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos. d) Moeda Funcional e de Apresentação: As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em unidades de Reais (R\$), que é a moeda funcional e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. e) Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas: A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: f) Avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente; g) Provisão para perdas sobre créditos; h) Teste de redução ao valor recuperável de ativos; i) Provisões judiciais. f) Segregação entre Circulante e Não Circulante: A Administração apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: a) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade. • está mantido essencialmente com propósito de ser negociado. • espera-se que seja realizado até 12 meses da data do balanço. • é caixa ou equivalente de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que a sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade. • está mantido essencialmente para finalidade de ser quitado. • deve ser liquidado no período de 12 meses após a data do balanço. • a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Associação classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. 3. Descrição das Principais Práticas Contábeis: a. Caixa e Equivalentes: Compreende os valores em espécie disponíveis na caixa, bem como, depósitos em contas bancárias e aplicações de curto prazo junto a Instituições Financeiras, com alto grau de liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos financeiros auferidos até a data do balanço. A entidade não opera instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge.			

-★ continuação		Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 da Associação Prudentina de Educação e Cultura - APEC (Valores em unidades de Reais - R\$)	
8. Isenções Fiscais: Em decorrência da imunidade tributária contida no artigo 150 inciso 6º letra C da Constituição Federal, os benefícios fiscais usufruídos em 2023 foram:			
		2023	2022
COFINS		11.984.556	10.613.672
CSLL		9.334.426	7.828.748
Total		21.318.983	18.442.420
9. Contas de Compensação: O sistema de contas de compensação é optativo e não afeta o patrimônio da entidade. Destina-se exclusivamente a finalidades de controle interno ou fonte de informações a terceiros e por isso foi suprimido das demonstrações.			
		2023	2022
Transferências Internas		320.092.919	340.397.662
Gratuidades		16.364.282	13.573.657
		336.457.201	353.971.320
10. Patrimônio Social: a. Patrimônio Social - Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição. b. Resultado do Exercício: A Entidade apresentou um Superávit de R\$ 96.413.944 (noventa e seis milhões, quatrocentos e treze mil, novecentos e quarenta e quatro reais), que será incorporado ao patrimônio social após aprovação pela assembleia. 11. Outras informações: a. Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis consoante a legislação específica aplicável. b. A Entidade utiliza-se de um conta corrente entre a matriz e suas filiais, que foram suprimidas para fins de apresentação das demonstrações por não apresentarem influência nas contas patrimoniais. c. Seguros: A Associação mantém contratação de seguros para cobertura de eventuais sinistros de sua frota de veículos, imóveis e instalações. Presidente Prudente - SP, 31 de dezembro 2023			
Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Contábeis de 2023			
O Conselho Fiscal da Associação Prudentina de Educação e Cultura - APEC no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 21, do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Financeiras (consolidadas), representadas pelo Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) e Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (DPL) Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e respectivas Notas Explicativas, consubstanciado pelo Relatório dos Auditores Independentes, estando todos os documentos examinados revestidos de total idoneidade. Com base nos documentos analisados, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à situação financeira e patrimonial, e aprovação das contas da administração relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Presidente Prudente, 19 de fevereiro de 2024			
Murilo de Oliveira Lima Carapeba		Fabíola de Oliveira Lima Anéas Borges	
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis			
Ao Diretor da Associação Prudentina de Educação e Cultura - APEC - CNPJ 44.860.740/0001-73 - Presidente Prudente - SP - Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO PRUDENTINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - APEC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Prudentina de Educação e Cultura - APEC em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.			
Araçatuba-SP, 12 de fevereiro de 2024			
			
		ACS Auditoria e Consultoria Contábil CRC 2SP026990/O-2	
		Alberto F. Costa Contador - CRC - 1SP164292/O-0	

